CONSTRUINDO A DEMOCRACIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

KELLY CRISTINA PANTALEAO

RESUMO:
Este trabalho abordará a importância da Educação como ferramenta essencial para a Inclusão Social dentro da Sociedade Democrática. A educação não só molda o conhecimento acadêmico e profissional, mas também é crucial para promover igualdade e superar barreiras sociais que perpetuam a desigualdade.
Para entender o papel da educação na democracia, é fundamental considerar a interseção com os direitos humanos e as liberdades individuais. A educação garante acesso equitativo às oportunidades e fortalece a capacidade dos indivíduos de exercerem seus direitos plenamente. Além disso, a influência da mídia e das redes sociais na vida das pessoas não pode ser ignorada, pois o bombardeio constante de informações molda opiniões e reforça ou desafia desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inclusão Social; Sociedade Democrática

ABSTRACT:
This paper will address the importance of Education as an essential tool for Social Inclusion within a Democratic Society. Education not only shapes academic and professional knowledge but is also crucial for promoting equality and overcoming social barriers that perpetuate inequality.
To understand the role of education in democracy, it is essential to consider its intersection with human rights and individual freedoms. Education ensures equitable access to opportunities and strengthens individuals' ability to fully exercise their rights. Additionally, the influence of media and social networks on people's lives cannot be ignored, as the constant bombardment of information shapes opinions and either reinforces or challenges social inequalities.

Keywords: Education; social inclusion; Democratic society

INTRODUÇÃO

Esta reflexão acadêmico-filosófica teve sua origem na proposta formulada pelo professor Wanderley Todai Junior, em suas aulas de Metodologia do Estudo do Direito e Integração do Conhecimento Jurídico I. A partir dessas aulas, fomos levados a uma análise aprofundada que mescla teoria e prática, explorando questões complexas relacionadas à educação, democracia e seus interrelacionamentos. O desafio de delimitar o tema não foi simples, uma vez que ele abrange uma vasta gama de possibilidades e questionamentos. A análise de nossa história e da sociedade democrática contemporânea nos confrontou com uma infinidade de perspectivas e problemas que exigem uma reflexão cuidadosa e abrangente.
Ao embarcar nesta jornada intelectual, nos inspiramos nas ideias de Jean-Jacques Rousseau, cujas reflexões sobre a educação e a sociedade nos fornecem um ponto de partida valioso. Rousseau, com suas críticas e propostas inovadoras, nos oferece um marco teórico para entender as interações entre educação e democracia. Suas ideias nos ajudam a examinar como a educação pode influenciar e moldar a sociedade democrática, assim como a forma como a estrutura social pode impactar o sistema educacional.
Além disso, a reflexão sobre esse tema exige uma consideração crítica das mudanças e desafios que enfrentamos na sociedade atual. A complexidade da construção de uma sociedade democrática e a necessidade de uma educação que seja ao mesmo tempo inclusiva e transformadora tornam o estudo ainda mais relevante. A análise proposta busca não apenas entender as relações entre educação e democracia, mas também avaliar como essas relações podem ser aprimoradas para promover uma sociedade mais justa e equitativa.
Portanto, nossa análise se desenvolve a partir da interseção entre as teorias clássicas e as realidades contemporâneas, com o objetivo de fornecer uma visão mais clara e fundamentada sobre o papel da educação na construção e manutenção da democracia. A inspiração nas palavras de Rousseau serve como uma âncora teórica para a nossa reflexão, permitindo-nos abordar questões complexas com um sólido embasamento filosófico e

acadêmico.
“O primeiro homem que cercou um pedaço de terra e disse ‘isso é meu’ encontrou gente simples para acreditar, foi o primeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, quantas guerras, genocídios e morte teria impedimento, impedindo alguém que tivesse arrancado fora as estacas, tapados os buracos e gritado: não ouçam este impostor! Estareis perdidos se esqueceres que os frutos são de todos e terra é de ninguém” (J.J. Rousseau)

Embora sejam históricas, as desigualdades sociais, econômicas, político/institucionais, de oportunidade, de raça e de gênero, entre outras, o Brasil é um país democrático. Ainda que a palavra democracia tenha muitos significados e seja um conceito difícil de definir, dada sua amplitude e as variáveis envolvidas, nossa Constituição Federal de 1988 o deixa explícito e explicado no art. 1º, Parágrafo único: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Nos tempos atuais, as mídias sociais surgem como um importante espaço de participação popular, possibilitando que vozes antes marginalizadas possam ser ouvidas e exercendo, assim, um papel crucial na manutenção e fortalecimento da democracia. Essas plataformas digitais não apenas ampliam o alcance das discussões, mas também permitem uma interação direta entre cidadãos e seus representantes, transformando a maneira como o poder é exercido e percebido no país.

FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Vivemos em uma República, e o poder do povo é exercido por meio de representantes eleitos pelo próprio povo, configurando uma democracia indireta. As eleições para cargos como vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e presidentes exemplificam essa forma de governo, que é uma expressão do Estado Democrático de Direito. Este Estado é caracterizado pela soberania popular, pela democracia representativa e participativa, e pela existência de uma Constituição que emana da vontade do povo, garantindo um sistema de direitos humanos. Entretanto, a democracia, embora formalmente estabelecida, exige mais do que a simples positivação em documentos legais. É necessário compreender e apropriar-se da democracia como uma prática sociopolítica dinâmica, que se manifesta continuamente em diversos contextos, especialmente no cultural e educativo. Neste contexto, os direitos humanos têm desempenhado um papel crucial, ampliando e garantindo conquistas significativas.
A história dos Direitos Humanos no Brasil reflete a luta constante contraestruturas de dominação que prevaleceram durante séculos e ainda persistem em vários aspectos, principalmente nas desigualdades sociais. Os Direitos Humanos, ligados à liberdade e à igualdade, estão positivados no plano internacional. Já os direitos fundamentais, positivados na Constituição Federal, compartilham a essência dos Direitos Humanos, embora se apresentem em um plano jurídico específico.
A essência do conceito de Direitos Humanos reside na proteção dos direitos fundamentais do ser humano, com ênfase na dignidade humana e nas liberdades individuais. Destacamos aqui os Direitos Humanos de segunda dimensão, que se concentram na educação como um direito social e político essencial. A construção de uma sociedade democrática e justa depende do exercício efetivo da cidadania, que só pode ser alcançado através de uma educação que forme cidadãos conscientes, livres e autônomos.
A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece a educação como um direito fundamental de natureza social, evidenciando seu papel central na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade democrática. A educação deve, portanto, ser entendida não apenas como um meio de qualificação profissional, mas como um pilar essencial para a promoção da cidadania e da justiça social.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa´, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA SOCIAL E DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO DA LIBERDADE INDIVIDUAL

Para compreender a Educação, é essencial

considerar seus determinantes sociais. Como afirma Ferreira (2017, p. 147), "a maneira como a escola está organizada é o resultado da organização da sociedade em seu conjunto. Os mais pobres são marginalizados pela escola da mesma forma que são explorados nas relações de trabalho e impedidos de participar da vida política." Esta observação sublinha a necessidade de analisar como as estruturas sociais influenciam o sistema educacional. As desigualdades presentes na sociedade são frequentemente reproduzidas dentro das escolas, refletindo a segregação e a marginalização que caracterizam o tecido social mais amplo. Por exemplo, os recursos educacionais tendem a ser mais escassos em comunidades empobrecidas, enquanto as instituições localizadas em áreas mais favorecidas desfrutam de investimentos mais robustos. Esta disparidade contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e limita o acesso equitativo à educação de qualidade, essencial para a mobilidade social e para a redução das disparidades socioeconômicas.
É evidente que um povo sem uma educação eficaz e capacitadora não será verdadeiramente digno, pois sua dignidade começa com o respeito por uma educação que seja formadora, livre de paradigmas, preconceitos e opressões. Uma educação verdadeiramente emancipadora deve desafiar os preconceitos e construir uma compreensão crítica das estruturas de poder e das relações sociais. A educação que não enfrenta os preconceitos existentes ou que perpetua normas opressivas não apenas falha em capacitar os indivíduos, mas também contribui para a perpetuação da desigualdade e da injustiça. Portanto, a educação deve ser um veículo para a promoção da igualdade e da justiça, oferecendo a todos os indivíduos as ferramentas necessárias para questionar, criticar e transformar a sociedade de maneira construtiva.
Um povo educado é um povo livre, que compreende que a sociedade é estruturada por relações de poder e que, nesse contexto, as liberdades individuais só podem ser efetivamente garantidas através da educação e do conhecimento. A educação não deve ser vista apenas como um meio para alcançar o sucesso econômico, mas como um direito fundamental que capacita os indivíduos a participarem plenamente na vida cívica e política. O entendimento das relações de poder e a capacidade de engajamento crítico são essenciais para a construção de uma sociedade democrática e participativa. A educação oferece as ferramentas para a análise crítica das instituições e práticas sociais, permitindo que os cidadãos exerçam suas liberdades individuais de maneira informada e consciente.
A educação é a chave para a liberdade e para a proteção contra o poder discricionário do Estado, estabelecendo limites aceitáveis à interferência estatal na vida privada dos cidadãos e minimizando abusos de poder. Um sistema educacional que promove a autonomia intelectual e o pensamento crítico prepara os indivíduos para resistir a abusos de poder e para exigir responsabilidade dos governantes e das instituições. A capacidade de questionar e criticar as políticas públicas e as decisões governamentais é fundamental para a preservação da democracia e para a proteção dos direitos individuais. Dessa forma, a educação funciona como um "sistema de freios e contrapesos" que garante que o poder seja exercido de forma justa e transparente, e não de maneira arbitrária e autoritária.
Podemos afirmar que a Educação atua como um "sistema de freios e contrapesos do povo", ampliando suas potencialidades, promovendo o pensamento crítico, desafiando ideais ultrapassados e desconstruindo sistemas que buscam manipular as massas, especialmente em um contexto de globalização e mídias diversas. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as informações circulam rapidamente e a influência das mídias é predominante, a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e engajados. A capacidade de analisar e interpretar informações de forma crítica é fundamental para que os indivíduos possam resistir à manipulação midiática e às ideologias dominantes que buscam moldar a opinião pública para servir interesses específicos.
Outro fator crucial que afeta diretamente a Educação é a influência das mídias sociais. A quantidade e a natureza das informações disponibilizadas podem criar uma percepção distorcida da realidade e comprometer, em grande medida, o pensamento crítico baseado na verdade. Embora a Constituição Federal, em seu artigo 5º, garanta a liberdade de expressão e o direito ao acesso à informação,

é importante reconhecer que essa liberdade não é ilimitada. Como observa Jose Afonso da Silva (2000, p. 247), "a liberdade de expressão não é um bem absoluto e encontra limites na proteção de outros direitos fundamentais". A saturação de informações nas mídias sociais pode levar à disseminação de desinformação e à formação de bolhas de filtro, onde os indivíduos são expostos apenas a perspectivas que reforçam suas crenças preexistentes. Nesse contexto, a educação deve equipar os cidadãos com habilidades para avaliar criticamente as fontes de informação e para participar de um debate público informado e construtivo.

Ano 50 Número 200 out./dez. 2013 63 "A liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII, e XIV do art. 5o combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreender as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação, está sujeita a regime jurídico especial."

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS NA PERCEPÇÃO DA REALIDADE E O DESAFIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Toda liberdade constitucional encontra limite na tutela de outros direitos fundamentais. Além dos canais convencionais de informação (TV, jornal, rádio e internet), temos um crescente número de adeptos às redes sociais (WhatsApp, Instagram, Twitter, Facebook...), que se expõem e estão expostos a todo tipo de informação, sem a garantia ou controle sobre a veracidade ou não dos conteúdos acessados. Com a facilidade de informação e essa disseminação descontrolada, as pessoas se tornam cada vez mais superficiais em suas reflexões. A imediata disponibilidade de informações e a velocidade com que se espalham nas redes sociais criam um ambiente propenso à desinformação e à superficialidade no consumo de notícias. Este fenômeno é exacerbado pelo fato de que os algoritmos das plataformas de mídia social frequentemente priorizam o conteúdo que gera mais engajamento, muitas vezes à custa da veracidade e relevância das informações.

Por falta de fundamentação e razão crítica, grande parte destas informações são manipuladas por uma ideologia, que é a falsa visão da realidade em benefício de uma classe. As mídias sociais, ao promoverem um fluxo incessante de dados e opiniões, podem se tornar instrumentos de manipulação ideológica. As elites, ao explorarem essas mídias, moldam a percepção pública para reforçar sua própria agenda e interesses, promovendo uma visão distorcida da realidade que favorece a manutenção do status quo. Isso perpetua um ciclo onde a população, em grande parte desinformada e sem acesso a um debate crítico aprofundado, se torna meramente receptora de mensagens que a mantém em um estado de alienação e passividade. Esse processo contribui para a formação de uma sociedade em que as pessoas são tratadas como simples consumidores de mercadorias, em vez de cidadãos críticos e participativos.

O povo se torna assim mero receptor, conduzido por políticas de alienação midiática, de dissimulação e deformação da realidade, formando uma massa de cidadãos alienados, analfabetos funcionais, fracos em seu pensamento lógico e racional, incapazes de resistir à exploração do homem pelo homem, por vezes respaldado pelo dito "interesse público". A fragmentação da informação e a saturação de dados nas redes sociais não apenas reduzem a capacidade crítica dos indivíduos, mas também enfraquecem sua habilidade de distinguir entre informação verdadeira e falsa. A manipulação ideológica, portanto, vai além da simples desinformação; ela promove um ambiente onde as pessoas são desencorajadas a questionar e a refletir profundamente sobre as informações que recebem, tornando-as vulneráveis a discursos e políticas que visam suprimir o debate e a diversidade de opiniões. De toda sorte, é importante cautela diante do termo "interesse público", pois é possível valer-se de sua inexatidão para impor limites não legítimos a direitos fundamentais. A noção de interesse público pode, em muitos casos, ser utilizada de forma oportunista para justificar restrições que, sob o pretexto de proteger o bem comum, na verdade visam restringir a liberdade de expressão e limitar a diversidade de opiniões. A ambiguidade do termo "interesse público" permite que gover-

nos e outras entidades imponham barreiras à livre circulação de ideias, muitas vezes em nome de uma segurança pública mal definida ou de um bem-estar social que não leva em conta a complexidade das demandas e dos direitos individuais. O uso desse conceito para silenciar vozes dissidentes ou para moldar artificialmente o debate público é um desafio significativo para a preservação das liberdades democráticas.

No que diz respeito especificamente à liberdade de expressão, Machado (2002, p. 893) alerta que a noção de interesse público pode servir de cobertura à tentativa de sobrepor, de forma paternalista e elitista, uma visão particular do que se considera bom para os indivíduos e para a comunidade política, neutralizando o debate das ideias ou pré-determinando artificialmente os seus resultados. A necessidade de equilibrar a liberdade de expressão com outros direitos fundamentais é uma questão complexa, que requer uma análise cuidadosa das implicações de qualquer restrição ou regulamentação. A proteção da liberdade de expressão é crucial para garantir que todas as vozes possam ser ouvidas e que o debate público possa prosperar, mesmo em face de pressões para limitar ou controlar a disseminação de informações. Em um ambiente mediático saturado e polarizado, garantir que as restrições sejam justas e proporcionais é essencial para a saúde de uma democracia pluralista.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino e os meios de comunicação desempenhem um papel ativo na educação crítica dos cidadãos. A promoção de habilidades de alfabetização midiática é uma resposta necessária ao desafio da desinformação e da manipulação ideológica. As escolas devem ensinar aos alunos não apenas a consumir informações de maneira crítica, mas também a entender os mecanismos pelos quais as mídias podem influenciar a percepção e a opinião pública. Somente por meio de uma educação sólida e do desenvolvimento de habilidades analíticas é que os indivíduos poderão resistir às tentativas de manipulação e manter um debate público vibrante e bem-informado.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS E A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS PARA A DEMOCRACIA

Como se dá o papel da informação e das redes sociais frente à educação?

A educação é uma ferramenta poderosa contra a alienação, capaz de despertar o indivíduo para a compreensão de si mesmo e do mundo ao seu redor. No entanto, o impacto das redes sociais na educação é duplo, apresentando tanto desafios quanto oportunidades. Apesar das influências negativas e tendenciosas frequentemente encontradas nas redes sociais, estas também podem desempenhar um papel positivo ao servir como aliadas da educação no fortalecimento da democracia. As redes sociais oferecem uma plataforma onde a população tem acesso facilitado para expressar suas opiniões e ser ouvida, ampliando a capacidade de comunicação e engajamento cívico. Este fenômeno é particularmente relevante em um contexto em que o acesso à informação pode ser desigual. A função das redes sociais é, portanto, potencializar as vozes de indivíduos que, mesmo tendo representantes eleitos, muitas vezes não são devidamente ouvidos ou vistos. Elas permitem que as pessoas compartilhem experiências, protestos e demandas, contribuindo para um diálogo mais inclusivo e democrático.

No entanto, a desigualdade social em nosso país é um desafio significativo. Ela priva uma parte considerável da população dos direitos básicos e frequentemente desmotiva os excluídos a buscarem representação. Esta desigualdade manifesta-se em diversos aspectos, desde a qualidade de vida e os serviços públicos até o sistema político. Conflitos e protestos são comuns e frequentemente estão ligados a fenômenos e processos políticos da sociedade brasileira, como a baixa qualidade dos serviços públicos – transporte, educação e saúde – e um sistema político pouco democrático e representativo, que muitas vezes não ouve os cidadãos. Quando estes se manifestam, podem ser violentamente reprimidos, como destacado por Medeiros (2017) em sua análise sobre os desafios sociais e políticos enfrentados pela população brasileira. Este cenário de injustiça e opressão alimenta um despertar crítico nos indivíduos, transformando-os em cidadãos mais conscientes, autônomos e emancipados. A educação, nesse contexto, torna-se um antídoto essencial contra a opressão e uma ferramenta crucial para a mobilização social e a reivindicação de direi-

tos.
Além disso, é crucial destacar a problemática relacionada à criação e disseminação desenfreada de informações. A proliferação de conteúdos não monitorados e frequentemente imprecisos pelas mídias pode ter efeitos prejudiciais sobre a sociedade, impactando negativamente a formação de uma opinião pública informada e crítica. O fenômeno das fake news e a desinformação deliberada têm o potencial de distorcer a percepção da realidade, afetando a capacidade da população de fazer julgamentos bem fundamentados. A falta de controle rigoroso sobre a veracidade das informações compromete a qualidade do debate público e pode gerar confusão e desinformação. No entanto, é fundamental que, mesmo em um ambiente saturado de informações, as escolas e instituições de ensino mantenham o compromisso com o direito ao contraditório e ao debate. Esses espaços devem promover a reflexão crítica e o diálogo aberto, assegurando que todas as perspectivas sejam consideradas e discutidas de maneira construtiva. A educação deve equipar os cidadãos com as habilidades necessárias para navegar por um mar de informações contraditórias e para cultivar um pensamento crítico que lhes permita discernir a verdade em meio ao ruído informativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta reflexão, procuramos demonstrar que a educação é um instrumento essencial para a construção da democracia, não de forma utópica ou abstrata, mas de maneira concreta e objetiva. Concluímos que um dos principais problemas enfrentados pela democracia em relação à educação é sua passividade em não contemplar a todos de maneira igualitária. Quando a educação falha em atender a todos os indivíduos, ela contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e para a imposição de sanções arbitrárias que afetam desproporcionalmente certos grupos.
Para superar essas falhas e efetivar uma sociedade mais justa e democrática, é necessário garantir uma educação plural e menos verticalizada. Uma educação que incentive e provoque os indivíduos a reconhecer e reavaliar a realidade social é fundamental para promover oportunidades iguais para todos. Isso está em consonância com o que é preconizado em nossa Constituição, que defende uma sociedade democrática e equitativa.
Nesse contexto, as mídias sociais emergem como ferramentas poderosas para complementar a educação formal, ampliando o acesso à informação e criando novas formas de participação democrática. Essas plataformas digitais permitem que os cidadãos se expressem e se conectem diretamente com questões sociais, políticas e educacionais, potencializando a capacidade da educação de alcançar um público mais amplo e diverso.
Portanto, educação e democracia são historicamente indissociáveis. A plenitude da educação depende da existência de uma democracia robusta, e, por sua vez, a efetividade da democracia está intrinsecamente ligada à qualidade da educação. Quando a democracia falha ou é inadequada, as consequências para a educação são severas e prejudiciais.
A educação é, sem dúvida, um direito humano fundamental de natureza social, conforme previsto em textos internacionais e garantido pela legislação nacional. Sem uma educação adequada, não é possível formar cidadãos conscientes e engajados. Nesse sentido, as mídias sociais desempenham um papel crítico na disseminação de informações e na mobilização social, atuando como um contraponto às forças do capital que, frequentemente, utilizam a produção em massa de informações para silenciar e manipular a maioria da população. Assim, a integração entre educação, democracia e mídias sociais se torna essencial para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

REFERÊNCIAS:

Beçak, rubens. Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento/ rubens beçak. – são paulo: saraiva, 2014. Biblioteca virtual
Bittar, eduardo c. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito/ eduardo c. B. Bittar. – 16. Ed.- são paulo: saraiva educação, 2019. Biblioteca virtual
Brasil. Constituição federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 23 mai 2023.
Castilho, ricardo. Direitos humanos. 3. Ed. São paulo: saraiva, 2015.
Ferreira, antônio carlos gomes. A eficiência do estado no mundo globalizado. Rio de janeiro:

lumen juris, 2017.
Antônio Carlos Gomes. Curso básico de sociologia - geral e jurídica. São paulo: clube de autores, 2017.
Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em
Ministério da educação. Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais. Caderno de educação em direitos humanos, n.1, brasília, 2013.
Silva, felipe gonçalves. Manual de sociologia jurídica/ felipe gonçalves silva, josé rodrigo rodrigues (coords.) - 2. Ed. – são paulo: saraiva, 2017. Biblioteca virtual.
Machado, jónatas eduardo mendes. A liberdade de expressão. Coimbra: coimbra, 2002.
Silva, josé afonso. Aplicabilidade da norma constitucional. 4ª.ed. São paulo: malheiros, 2000.
Trindade, antônio augusto cançado. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamento jurídico e instrumentos básicos. São paulo: saraiva, 1991.